



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Regularização Fundiária Rural e Melhorias para os Assentamentos Rurais
de Itaberaí-GO

Goiânia
Junho de 2018



Parte I: Apresentação do Evento



Agradecimento da Deputada Isaura Lemos aos participantes da audiência.

A audiência pública realizada no dia 22 de junho de 2018, às 19 horas, na Câmara Municipal de Itaberaí, situada na Praça Balduino da Silva Caldas, Centro, contou com o tema “Regularização fundiária e melhorias para os assentamentos rurais”. O evento foi presidido pela deputada estadual Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (CHRAU), e contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas.



Parte II: Composição da Mesa

O mestre de cerimônias iniciou a solenidade, saudou a todos e compôs a mesa com as seguintes autoridades:

- Deputada Estadual Isaura Lemos: presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;
- Elvis Richard Pires Goularte: responsável pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos da Superintendência Regional do Incra em Goiás;
- José Henrique: representante do Assentamento Dom Fernando Gomes dos Santos;
- Reinaldo: representante do Assentamento Pachê;
- Neto: representante dos Assentamento Dom Helder Câmara e Carlos Maringuela do município de Itaberaí;
- Donizete: representante do Assentamento Luiz Ório;
- Ivone: representante do Assentamento Fundão;
- Joaquim: representante do Assentamento Bom Jesus, município de Heitorai-GO;
- Japão: representante do Assentamento Rancho Grande, Cidade de Goiás;
- Sérgio de Paula: representante do Assentamento da Mata do Baú e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Cidade de Goiás;
- José Ribamar: representante dos Sem Teto, ocupação do Residencial Itaville;
- Enir: representante dos moradores do Fernanda Park I;
- Delei: 1º suplente de vereador do PCdoB;
- Sebastião Fernandes Batista: presidente municipal do PCdoB em Itaberaí.



Parte III: Relato

Após a composição da mesa, foi executado o Hino Nacional Brasileiro. Na sequência, a deputada Isaura Lemos, proponente da referida audiência, deu início à solenidade, apresentando a atual situação dos trabalhadores rurais. Também mencionou o atual cenário da política nacional, abordando a falta de interesse do governo federal em investir em programas sociais para o fortalecimento da agricultura familiar. A parlamentar ainda enfatizou que a referida classe vem enfrentando adversidades no cenário nacional e que, como presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, é seu papel acompanhar, ajudar e buscar soluções para os problemas da reforma agrária no Estado de Goiás.



Deputada Isaura Lemos fala ao público na audiência em Itaberaí.



Em seguida, a palavra foi passada ao representante do INCRA, Sr. Elvis Goularte, responsável pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos, que cumprimentou todos presentes. Na oportunidade, fez questão de exaltar que o Incra, responsável por promover a reforma agrária no país, vem enfrentando dificuldades para atender as demandas a ele passadas. E, em tempo, considerando a importância do INCRA para as famílias assentadas que buscam a titulação e regularização de suas terras, pediu com urgência a reestruturação deste órgão, pois, na atual situação em que se encontra, não está conseguindo desempenhar suas funções de gestão, tendo em vista que o número de demandas a serem atendidas é grande para o restrito número de servidores disponíveis.

Ainda com a palavra, o representante do INCRA noticiou que nos dias atuais há em média 307 projetos de assentamentos rurais em tramitação, sendo em torno de 15 mil famílias à espera da regularização de suas parcelas. Ele também destacou o período em que o INCRA está sem conseguir titular assentamentos em Goiás. Na última oportunidade que tiveram, titularam cerca de 140 projetos que, por serem mais antigos, já estão quase prontos para a liberação das parcelas.

Dado o exposto, Elvis evidenciou que a atual presidência do INCRA estipulou como meta a titulação dos assentamentos rurais. Entretanto, por motivos alheios à sua vontade e pela real situação vivenciada pelo órgão hoje, é praticamente impossível alcançá-la, tendo em vista que o governo federal permanece inerte e não vem cumprindo seu papel, que é de liberar recursos para a área rural.

O responsável pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos fez também questão de informar que, em 2016, o Tribunal de Contas pleiteou na justiça diversas ações, alegando haver indícios de irregularidades nos assentamentos, bloqueando assim, cerca de 90% destes. Na ocasião, constatou-se que vários assentados eram donos de camionetes e carretas. Além disso, outras irregularidades foram posteriormente encontradas, não se encaixando nos requisitos necessários para tal benefício e não fazendo, portanto, jus à titulação. Não obstante, ele informou que, conforme pesquisas feitas, as irregularidades persistem até hoje. Aproveitando a palavra, ainda expôs os critérios necessários para concluir a titulação dos assentamentos, quais sejam: o imóvel deve estar transcrito no INCRA e não possuir



nenhuma pendência judicial, além de possuir o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que dá maior segurança aos assentados no acesso aos créditos agrícolas e outras políticas públicas a eles destinados. Ainda abordando os critérios necessários, os dois últimos a serem exigidos são infraestrutura básica e o georreferenciamento. Segundo ele, de acordo com a superintendência, 99% dos assentamentos já estão inscritos no CAR, conforme dados levantados no ano corrente.



Elvis Goularte, responsável pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos do Incra Goiás.

Ainda com a palavra, Elvis Goularte explicou que algumas pesquisas também foram feitas nos assentamentos rurais de Itaberaí. Tal medida foi tomada para verificar se estão presentes os requisitos exigidos para a titulação. Todavia, ao realizar as vistorias, constatou-se que alguns assentamentos estavam sem energia elétrica e que, por conta desta situação, a titulação ainda não poderia ser feita, uma vez que estava ausente um dos requisitos: a boa infraestrutura (rede de energia elétrica).



Na ocasião, ao saber da falta de energia elétrica no local, o representante do INCRA quis, de imediato, fazer contato com a ENEL de forma a alcançar uma rápida solução para o problema. A empresa afirmou que no 2º semestre deste ano o problema estaria resolvido, já que antes precisariam cumprir suas metas perante o Ministério de Minas e Energia. Em oportunidade, ainda fez questão de opinar sobre a privatização da Celg, mencionando que, depois de tal medida, conseguiram diversos avanços, pois a referida empresa fornecia energia elétrica sem pesquisar se o assentamento estava regularizado ou não. Para ele, a Enel é mais criteriosa e, em parceria com a referida empresa, estipularam como meta 24 projetos de energização.

Em pesquisa feita pelo INCRA, o representante mencionou que os números de assentamentos rurais chegam em torno de 300, sendo 40% desses irregulares. Desta forma, salientou que as titulações das parcelas não poderiam ser feitas até que tais irregularidades fossem dizimadas e pediu maior compreensão a todos. Por fim, concluiu que o INCRA é responsável também pela regularização das parcelas dos assentamentos e que, a partir da quitação do título, o órgão faz a liberação das suas cláusulas, podendo, a partir de então, cada família receber a escritura de seu imóvel.

Dando prosseguimento à audiência, foi passada a palavra ao Sr. José Henrique, representante do Assentamento Dom Fernando. Ele, colocando-se à disposição da comunidade, manifestou sua indignação com o descaso dos políticos brasileiros para com os trabalhadores rurais. Em momento oportuno, pediu maior parceria com o INCRA para que, desta forma, as famílias consigam suas titulações, visto que o assentamento em questão preenche todos os requisitos para conseguir tal benefício. Todavia, em tom de lamentação, informou que há muito tempo estão encontrando impasses para efetivação da medida. Ainda com a palavra, o Sr. José Henrique fez questionamentos ao representante do INCRA, indagando qual seria a forma mais fácil e menos burocrática de saber se o imóvel está transcrito ao respectivo órgão. Passada novamente a palavra ao representante do INCRA, o Sr. Elvis Goularte salientou que é necessário apenas requerer um protocolo de questionamento sobre tal imóvel perante a divisão de obtenção do INCRA. Ele mencionou ainda a situação das estradas e vias dos assentamentos. Por hora, relatou que, a partir do momento em que o assentamento é titulado, quaisquer problemas referentes a estradas e vias, é de responsabilidade da Prefeitura Municipal e



não do INCRA, já que este não tem condições financeiras para dirimir tal problema. Em pauta, o Sr. Elvis mencionou que é de suma importância a realização de convênios entre a Prefeitura e o respectivo órgão.



Famílias dos assentamentos de Itaberaí-GO.

Dando continuidade à solenidade, a palavra foi passada ao Sr. Reinaldo, representante do assentamento Chê. Ele fez questão de mencionar também o descaso do poder público para com os agricultores familiares. Ainda destacou que o problema do seu assentamento também é a demora da titulação das parcelas. São 117 famílias esperando a titulação em 2018, mas que, até o momento, nenhuma delas foi procurada para fazer o levantamento. Ele ficou emocionado, pois o anseio da comunidade é um dia conseguir o título definitivo (título de domínio). Na ocasião, sugeriu uma nova audiência para uma melhor discussão.

Na sequência, o Sr. Sérgio de Paula, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Cidade de Goiás e representante do assentamento Mata do Baú, ficou com a



palavra. Em seu discurso, relatou também sua indignação com o poder público federal e propôs o agendamento de uma reunião com o Superintendente do INCRA, o Senhor Eurípedes Malaquias de Souza.

O próximo a falar foi o Sr. Neto, representante dos assentamentos Dom Helder Câmara e Carlos Maringuela. De forma breve, explanou o anseio das famílias que esperam também pela titulação das parcelas e requereu junto à deputada Isaura Lemos encaminhamento de um ofício ao governo federal para liberação de recursos destinados à agricultura familiar.

Parte IV: Considerações Finais

A audiência pública (art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal) é uma forma de participação popular transparente e de ampla discussão. Como uma forma de exercício da cidadania, ela possibilita a troca de informações, permitindo maior aproximação do cidadão com o processo de decisão. O objetivo maior das audiências é incentivar os presentes na busca de soluções de problemas públicos. A regularização fundiária e melhorias para os assentamentos rurais são demandas justas da parcela mais carente da população. Na presente reunião, a população expôs toda sua insatisfação com as autoridades políticas, requerendo, assim, uma maior visibilidade.

Deste modo, como resultados favoráveis, ficou acertado que as titulações das parcelas dos assentados de Itaberaí serão feitas. Todavia, alguns problemas deverão ser resolvidos antes de efetivar tal medida, como por exemplo, a falta de energia elétrica em determinados assentamentos. O representante do INCRA, o Sr. Elvis Goularte, pediu à comunidade presente maior paciência para que as demandas sejam atendidas. Em oportunidade, representantes de diversos assentamentos também fizeram seus questionamentos, requerendo ajuda do Poder Legislativo Estadual para dirimir tais conflitos e clamando ao governo federal maiores investimentos em programas sociais para o fortalecimento da classe.

Desse modo, ganhou voz uma parcela social angustiada, que anseia pela titulação de suas parcelas e que não vê a hora de ter em mãos o tão sonhado título definitivo e, assim, poder viver de forma tranquila com suas famílias.



Composição da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

Deputados Membros

1 - Titulares

Isaura Lemos (PC do B) – Presidenta
Carlos Antônio (PTB) – Vice-Presidente
Jean Carlo (PSDB)
Marlúcio Pereira (PRB)
Sérgio Bravo (PROS)
Humberto Aidar (MDB)
Nédio Leite (PSDB)

2 - Suplentes

Luís César Bueno (PT)
Álvaro Guimarães (DEM)
Marquinho Palmerston (PSDB)
Hélio de Sousa (PSDB)
Henrique Arantes (PTB)
Paulo Cezar Martins (MDB)
Iso Moreira (DEM)



Equipe Técnica

Valdivino Edson de Azevedo
Secretário – Analista Legislativo

Edson Yoiti Haga
Analista Legislativo

Luana Dias de Araújo
Assessora Parlamentar

Marcela Ferreira Souza de Miranda
Analista Legislativo

Mary Anne Rodrigues Araújo
Agente Legislativo

Morse Samuel Silva
Assessor Parlamentar

Sulema de Oliveira Barcelos
Analista Legislativo

Érika Akemi Bernardes Iwamoto
Estagiária